

Refazendo a casa

Nilson Brandão, do Rio, para *Conjuntura Econômica*

Doze anos depois do domínio do chamado *kirchnerismo* na política argentina – Nestor Kirchner entre 2003 e 2007 e Cristina, de 2008 a 2015 – a Argentina dá sinais de querer ingressar em nova etapa, mais amistosa ao mercado e indicativa de maior abertura ao mundo, de olho na perspectiva de maior acesso aos capitais internacionais de que necessita para fechar contas internas e financiar seu crescimento, junto ao esperado incremento da entrada de divisas via exportações, agora desoneradas. Mas se por um lado a eleição de Mauricio Macri, que tem forte aprovação da população, abriu novas perspectivas, por outro há preocupações com relação à persistência de elevados níveis de inflação e do desemprego, além da desaceleração econômica de dois dos principais parceiros comerciais da Argentina, o Brasil, em franca recessão, e a China, com crescimento menor.

Pesquisa divulgada pelo jornal *La Nación* em meados de março mostrou que 69% dos argentinos aprovavam o governo do atual presidente, enquanto para 29% da população sua gestão era reprovada. Em outras palavras: ao fim dos 100 primeiros dias de mandato, mais de dois terços da Argentina apoiava a nova gestão e as medidas adotadas pelo atual presidente, que venceu as eleições com 3% dos votos à frente do segundo colocado. Os dados também indicam que há respaldo ao novo governo entre 30% do eleitorado que votou nas últimas eleições no candidato da coligação governista Frente para a Victoria (FPV), Daniel Scioli, assim como entre 83% dos que votaram no outro competidor, líder da Frente Renovadora, Sergio Massa. Junto ao respaldo, as pesquisas refletem que parece claro que os problemas acumulados precisam de tempo para ser resolvidos. Que a inflação e o desemprego inquietam a população e, mesmo diante de recentes vitórias políticas, fica a pergunta sobre até quando será possível combinar gestão gradual e progressiva do reequilíbrio do país no mé-



dio e longo prazo, com a paciência e a compreensível exigência dos argentinos por resultados de curto prazo.

De forma resumida, as principais medidas implementadas pelo governo Macri desde o início do mandato foram o fim do controle cambial – uma semana logo após tomar posse –, ajustes de tarifas públicas, redução de tributação sobre as exportações como forma de incentivo à produção, principalmente no caso de *commodities* agrícolas, a retomada das negociações com os chamados *holdouts*, detentores de títulos da dívida argentina que não participaram das rodadas de reestruturações em 2005 e 2010, além de avanços na política externa.

“Há medidas importantes em curso, como o anúncio para o mundo de que a Argentina vai abrir mais sua economia. A economia argentina surpreende sempre porque, na prática, tem um tamanho menor do que a brasileira e os efeitos de mudanças tendem a ser muito mais rápidos”, diz Lia Valls Pereira, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (FGV/IBRE) e professora de Economia na Uerj.

Volta ao mercado

Não menos emblemáticos neste período inicial foram as visitas de três grandes lideranças mundiais ao país: o primeiro-ministro da Itália, Matteo Renzi; o presidente da França, François Hollande; e, mais recentemente, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. A visita de Obama tem significado particularmente relevante porque ajuda a perfurar uma espécie de camada de certo antiame-

nismo cultivado nos anos anteriores. Para além do recebimento da visita de grandes líderes, Macri decidiu mostrar ao mundo uma nova Argentina. Em janeiro, em voo comercial e duas semanas depois de fissurar uma costela brincando com a filha, viajou para participar do Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, acompanhado do líder opositor Sergio Massa. As metas: indicar claramente a perspectiva da busca do apaziguamento político interno, em favor das mudanças em curso, assim como lembrar ao mundo a existência e a importância do país, que pelo menos há dez anos sequer participava do foro internacional econômico.

“Estamos vivendo um momento em que na Argentina há uma transição democrática normal, para fora das duas grandes molduras que são o radicalismo e o peronismo”, avalia o embaixador Marcos Azambuja, que por pelo menos seis anos na carreira diplomática esteve à frente da representação brasileira no país. Na prática, segundo Azambuja, Brasil e Argentina experimentam momentos complexos. “A Argentina tem uma problemática especial e nós, a nossa. Não vivemos um momento brilhante. Economicamente, a moda passou para o Pacífico”, analisa o embaixador, citando o desempenho de países como o Chile, a Colômbia, o Peru, e o México. “Estes países encontraram uma fórmula, um modelo melhor para eles”, comentou o embaixador, durante o seminário *O Novo Governo da Argentina – Lições para o Brasil*, realizado pelo Instituto Brasileiro de Economia (FGV/IBRE) em março último.



Para o embaixador Marcos Azambuja, o governo de Macri (foto) marca uma transição democrática para fora das duas grandes molduras políticas do país que são o radicalismo e o peronismo. Lia Valls, da FGV/IBRE, observa que, por ser uma economia menor que a brasileira, os efeitos das reformas tendem a ser mais rápidos

Projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) para 2016 dão os contornos do contexto desenhado. A perspectiva para a região da América Latina e Caribe, divulgada no fim de janeiro, registra queda de 0,3% no PIB, quadro praticamente determinado pelas estimativas negativas estimadas para as economias da Venezuela (-8%), do Brasil (-3,5%) e da Argentina (-1%). Elaborado pelo diretor do Departamento para o Hemisfério Ocidental do FMI, Alejandro Werner, o documento projeta, no entanto, crescimentos este ano justamente para as economias do Peru (3,3%) Colômbia (2,7%), México (2,6%) e Chile (2,1%). Quanto ao Chile, à

Colômbia e ao Peru, o documento registra que estes países prosseguem “processo de ajuste relativamente ordenado, em que uma combinação de acentuada desvalorização do câmbio, consolidação fiscal gradual e políticas monetárias acomodáticas, evitaram a contração econômica”.

O documento informa, ainda, que para os três países, “as bases do crescimento continuam firmes, incluindo políticas econômicas sólidas, instituições com credibilidade, mercados financeiros saudáveis e custos favoráveis de endividamento externo”. Quanto ao México, referencia a ligação com o fortalecimento da economia vizinha norte-americana. Na parte do Brasil, o documento já citava o agravamento do cenário político, fragilidades macroeconômicas e “escândalo de grandes proporções”, antes mesmo do agravamento da crise política, sobretudo no mês de março, além de desemprego e inflação em alta. Para o FMI o país continua a “adiar a adoção de uma estratégia fiscal crível para manter a dívida pública em uma trajetória sustentável”, com os efeitos

Em meados de março, 69% dos argentinos aprovavam o governo do atual presidente, enquanto para 29% da população sua gestão era reprovada

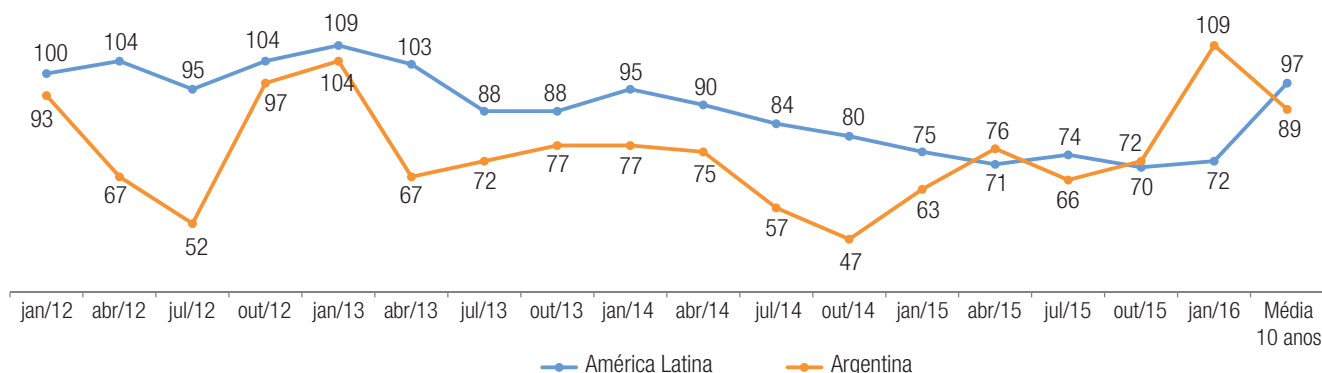
dos rebaixamentos da classificação de risco do país, por conta de agências internacionais de *rating*.

Quanto à Argentina, o FMI informa ser o “início de uma importante transição para corrigir os desequilíbrios macroeconômicos e as distorções microeconômicas”. Diante dos dois primeiros meses do governo Macri, o documento do FMI destacou como medidas significativas para um novo rumo “a eli-

minação de restrições no mercado cambial, a abolição de várias restrições ao comércio internacional, o anúncio das principais diretrizes da nova política macroeconômica e a retirada parcial dos subsídios à energia”. A ressalva, contudo, mesmo diante de melhoras nas expectativas, ainda é de supor que o ajuste em curso não evite recessão, considerada “leve”, em 2016.

O economista argentino Guillermo Rozenwurcel, membro do Club Político Argentino, relembra que a Argentina vem há cinco décadas em um processo de volatilidade e ciclos que chama de *crash and go*. Numa reflexão do que o país precisará enfrentar daqui para frente, Rozenwurcel lista algumas das heranças deixadas entre 2012 a 2015: 1) progressiva deterioração da questão externa e fiscal; 2) inflação acima dos 25% anuais, com um pico de 35% em 2014, apesar das âncoras cambiais e de tarifas públicas; 3) queda do PIB *per capita* de perto de US\$ 15 mil a US\$ 13,6 mil; e 4) os indicadores de indigência e pobre-

Indicador de clima econômico
(em pontos) – Índice



Fonte: Sondagem Econômica da América Latina Ifo/FGV/IBRE.

za foram interrompidos a partir de 2008, quando a indignância havia se estabilizado em torno de 8% e a pobreza entre 25% e 30%.

A paciência é breve

“Há, na prática, demandas contidas e um desejo represado de melhoras dentro do país. Existe respaldo (ao novo governo), mas, de uma forma ou de outra, isso está atrelado a resultados mais ou menos rápidos. Essa é uma característica de qualquer eleitorado, mas, talvez, mais forte entre os argentinos. A paciência é muito breve”, diagnostica Rozenwurcel, alertando para a cautela necessária diante dos riscos da mudança repentina de um estado de esperança excessiva ao pessimismo exagerado.

Os resultados da última Sondagem Econômica da América Latina Ifo/FGV de fevereiro, com dados de janeiro, corroboram a percepção da melhoria de perspectiva futura. O principal resultado da Sondagem em janeiro foi a melhoria no indicador das expectativas para todos os países

Para o FMI, as mudanças na Argentina podem ser o início de uma importante transição para corrigir os desequilíbrios atuais e as distorções microeconômicas

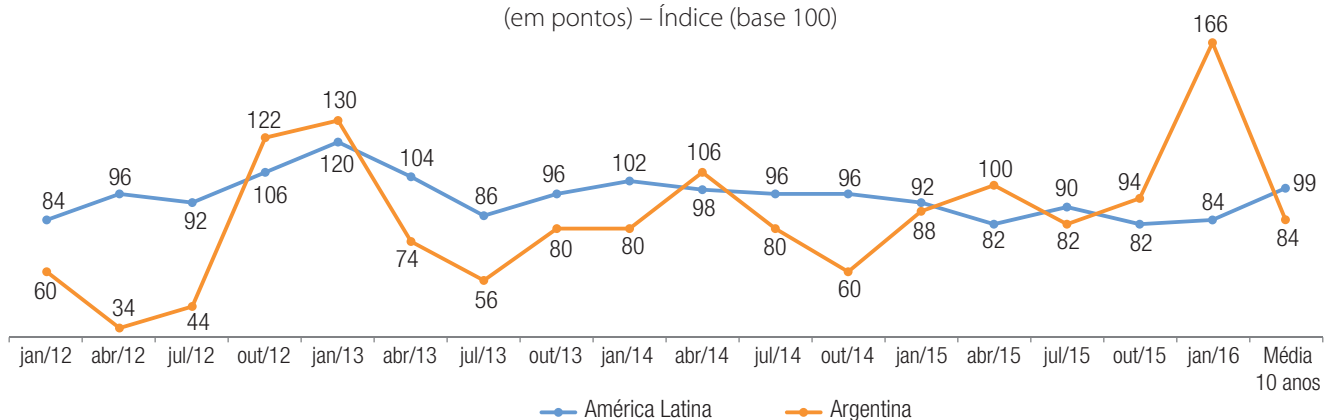
para os próximos seis meses, com destaque para a Argentina. O Indicador de Expectativas (IE) da Argentina, que em dezembro cravava 94 pontos, saltou para 166 pontos, maior resultado para janeiro de 2016 entre todos os 11 países pesquisados e bem acima da média regional de 99 pontos. A avaliação é de que os agentes econômicos aprovavam as medidas iniciais do governo Macri e revelam “grande otimismo” para o futuro cenário econômico do

país. Em contraponto às perspectivas captadas para o futuro, o Indicador da Situação Atual melhorou para o caso da Argentina (foi de 50 para 52 pontos), mas permanece considerado “desfavorável” e abaixo da média de 95 pontos para toda a região da América Latina – de forma simplificada, indicadores acima de 100 pontos são considerados favoráveis e abaixo desse patamar, desfavoráveis.

Internamente, o governo Macri colhe vitórias na busca de maior transparência. Na semana anterior à visita do presidente norte-americano ao país, mesmo com minoria, o governo conseguiu aprovar na Câmara dos Deputados projeto que permite viabilizar o pagamento dos fundos credores da dívida argentina e que ficaram de fora das reestruturações nos governos anteriores – por isso chamados de *holdouts* e apelidados, muitas vezes, como “fundos abutres”. Estima-se que a bancada governista da Câmara não atinja o patamar de 100 representantes. Na votação, entretanto, a vitória alcançada somou 165 votos a favor e 86 votos contra o

Indicador de expectativas

(em pontos) – Índice (base 100)



Fonte: Sondagem Econômica da América Latina Ifo/FGV/IBRE.

governo. “Foi muito significativo não apenas do ponto de vista do andamento da negociação da dívida, mas do ponto de vista político”, comentou Rozenwurcel. Para isso, houve apoio de parcela do chamado “peronismo renovador”, associado ao grupo de Sergio Massa, e, em parte menor, mesmo do “peronismo tradicional”.

“Isso abre uma perspectiva positiva a respeito da governabilidade, o que era uma dúvida desde a vitória eleitoral de Macri, por conta da minoria parlamentar”, explica o economista argentino. Em linhas gerais, a proposta do governo é o pagamento da dívida com 25% de desconto. Para seguir adiante, deve ter a aprovação do Senado, onde é relativamente mais forte a presença do *kirchnerismo*. Na perspectiva do governo, o acordo quanto à dívida é crucial para devolver ao país o acesso ao crédito externo, já que o país perdeu acesso ao mercado internacional em junho de 2014.

De forma mais ampla, o esforço de articulação política vem sendo observado dentro e fora do país.

Na Argentina há uma transição democrática normal, para fora das duas grandes molduras que são o radicalismo e o peronismo

Marcos Azambuja

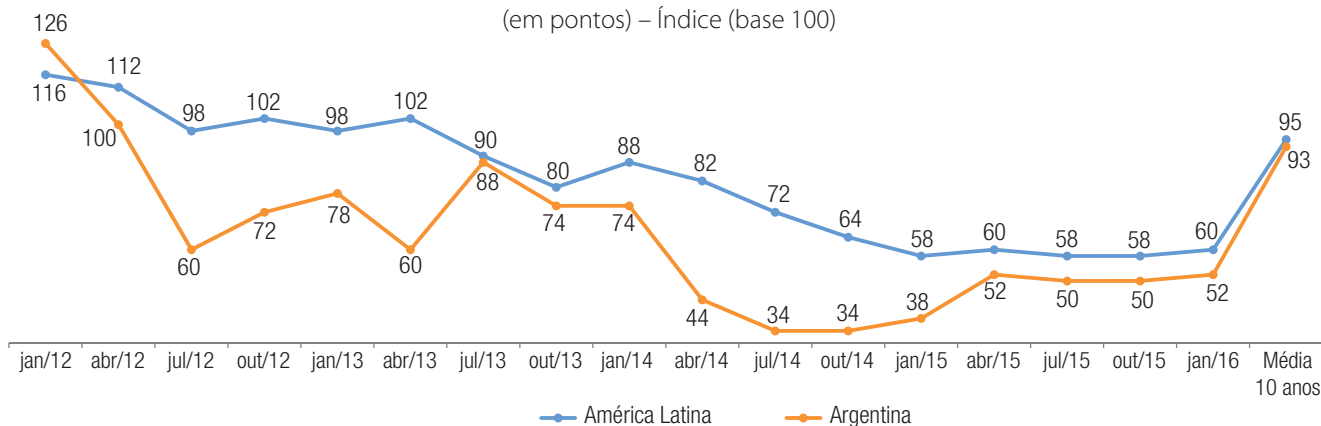
Para o economista do BNDES Fabio Giambiagi, a capacidade de dialogar com diferentes atores tem sido fundamental na era Macri para estabelecer pontes de convergência o que, no fundo, deveria representar exemplo para ajudar a retirar o Brasil da condição em que se encontra. “O presidente argentino está dialogando em três frentes diferentes que têm o duplo denominador comum de serem peronistas e todos, de uma

forma ou de outra, interessados em deixar para trás o legado do antigo governo, que são o grupo de Sergio Massa, o bloco de governadores que convergem com Macri a favor da governabilidade, e a liderança parlamentar tradicional, que cultiva o diálogo”, explica Giambiagi.

Em linhas gerais, explica Victoria Werneck, economista chefe da Icatu Seguros, é de se esperar que uma relação mais amigável da Argentina com o mercado representaria, entre outras perspectivas, a volta do acesso ao mercado financeiro internacional, redução de custo de capital, possibilidade mais ampla de financiamento da dívida pública a custos inferiores, atração de Investimento Estrangeiro Direto (IED), assim como “a possibilidade de o país se tornar mais atraente para celebrar acordos internacionais”. Além disso, deixa o desconfortável lugar no qual a restrição externa é relevante. “Macri está se importando com o que o resto do mundo pensa sobre a Argentina”, comenta Victoria Werneck.

Indicador da situação atual

(em pontos) – Índice (base 100)



Fonte: Sondagem Econômica da América Latina Ifo/FGV/IBRE.

A Argentina precisa de capital externo e divisas. Este é também o pano de fundo das medidas tomadas com relação às exportações, embora um grande parceiro, mesmo diante do pouco auspicioso quadro de recessão na economia do principal país vizinho economicamente, o Brasil, que caminha para experimentar em 2016 o segundo ano de queda mais forte do seu PIB e até mesmo diante da sensível desaceleração no crescimento econômico da China. “Minhas expectativas para a economia da Argentina são boas, pois as recentes mudanças de eliminar a tributação nas exportações sobre soja, trigo, milho, sorgo e carnes gerarão mais dólares com a exportação para o mundo e estimularão a elevação da área plantada, gerando mais dólares, recompondo reservas cambiais e elevando o poder de importação, teoricamente, beneficiando no médio prazo até mesmo a elevação das exportações brasileiras de manufaturados”, diz o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro.

Adicionalmente, a desvalorização do peso tornou o produto argentino mais competitivo, o que também estimula a elevação da produção e das exportações de *commodities* do agronegócio. Apesar de elevar o custo de importação, a ausência de produção local de manufaturados terá menor impacto na decisão de importar. “Como resultado destas medidas, a Argentina vem renegociando sua dívida externa com os fundos credores da dívida e está retornando ao mercado financeiro internacional.

A desvalorização do peso tornou o produto argentino mais competitivo, o que também estimula a elevação da produção e das exportações de *commodities* do agronegócio

Com isso a crise de falta de divisas vai sendo amenizada, permitindo a eliminação de barreiras na importação”, afirma o presidente da AEB.

Castro lembra que as medidas de redução da tributação das exportações argentinas ocorreram ainda em dezembro, período ainda de plantio de soja e milho. E que independente do cenário brasileiro – as exportações do país vizinho para o Brasil são predominantemente manufaturas e trigo – a Argentina garantirá progressivamente aumento de receitas com as vendas do agronegócio a outros países.

Estimativas da AEB indicam que as exportações brasileiras para a Argentina deverão somar este ano US\$ 14,720 bilhões (15% superiores a 2015) e as importações do país vizinho, US\$ 9,160 bilhões (10,9% menores), resultando em superávit comercial de US\$ 5,560 bilhões (+121%), favorável ao Brasil. A retração das compras brasileiras de-

corre da recessão interna e da taxa de câmbio. Por uma margem pequena, os EUA deverão continuar como maior importador de manufaturados brasileiros, pelo terceiro ano consecutivo, seguidos de perto por Argentina. Confirmado o superávit previsto para 2016 entre os dois países vizinhos, este terá sido o segundo maior até hoje, atrás apenas do saldo positivo líquido favorável ao Brasil de US\$ 5,802 bilhões em 2011. “Estas projeções parecem realistas e, para nós (argentinos) preocupantes, porque precisamos de mais divisas para recuperarmos”, pondera Rozenwurcel.

Ao longo dos próximos meses, a despeito do incentivo às exportações argentinas, a desvalorização cambial e os aumentos de tarifas públicas deverão manter a inflação como espécie de calcanhar de aquiles do novo governo, principalmente para o segundo semestre deste ano. Levando em conta que as eleições legislativas argentinas serão em 2017, é de supor que o governo já esteja trabalhando em formatos para manter a estabilidade da economia e enfrentar os nós que ainda existem. “A inflação é algo de que realmente ele precisa cuidar e isso para mim é o dilema neste momento no curto prazo. Porque isso desgasta qualquer presidente. A meu ver, ele tem prestígio ainda porque as pessoas sabem, na grande maioria, que está corrigindo distorções, problemas que o governo anterior deixou”, conclui o ex-secretário de Política Econômica e diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cin-des), Roberto Iglesias. 